

PROJETO DE LEI Nº 004/00

Dispõe sobre a concessão de transporte gratuito para mulheres mastectomizadas.

A Câmara Municipal de Fortaleza aprova:

Art. 1º - Fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos do Sistema Integrado de Transportes de Fortaleza as mulheres vítimas de câncer de mama que tenham se submetido à mastectomia.

Art. 2º - Para fazer jus a gratuidade aludida no artigo anterior as mulheres deverão estar submetidas a tratamento continuado e participando dos grupos terapêuticos e de auto-ajuda, comprovando-os através de declarações médicas e atestados.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social emitirá cartão ou carteira de identificação, cuja exibição garantirá a gratuidade do transporte.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social promoverá campanha de esclarecimento junto aos profissionais do transporte coletivo, informando sobre a necessidade de tratamento diferenciado às mulheres mastectomizadas.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições contrárias.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, 25 de abril de 2000.


Vereadora Luizianne Lins
Partido dos Trabalhadores

02

JUSTIFICATIVA

Segundo pesquisa desenvolvida pela Associação Cearense de Mulheres Mastectomizadas, o câncer de mama é o 3o em incidência no mundo, sendo também o que se apresenta com maior frequência em mulheres, correspondendo a 21% de todos os casos novos.

O Instituto Nacional do Câncer estimou, para 1999, 31.200 casos novos de câncer de mama no Brasil, dos quais 7.750, só no Nordeste. Para o mesmo período foram estimados 7.100 óbitos. No caso particular de Fortaleza, entre 1993 e 1995 a doença matou 297 pessoas, correspondendo a 9,65% por 100.000 habitantes.

No Instituto do Câncer do Ceará as neoplasias de mama representam o maior número de atendimentos. De 1992 a 1996 foram diagnosticadas e tratadas 1.780 mulheres portadoras desse tipo de câncer. A maior proporção de pacientes se inclui entre os 40 e 60 anos, coincide com a faixa ainda produtiva da mulher.

Dos tratamentos prévios a cirurgia tem maior frequência, alcançando 68,9% dos casos, sendo 39,6% desses casos são procedentes de serviços públicos. Destas, grande parte têm situação econômica precária.

A doença expõe a mulher a uma série de dificuldades e desajustes devido a sua cronocidade e mutilação. Ocorre a limitação dos movimentos do braço próximo a mama comprometida, impossibilitando-as de desenvolverem tarefas domésticas e outras que desenvolviam para gerar renda. Após a mastectomia as mulheres necessitam de tratamentos quimioterápicos ou radioterápicos que demandam tempo e dinheiro. Estes tratamentos levam as mulheres a locomoverem-se ao Instituto do Câncer várias vezes ao mês.

Pela agressividade do tratamento que acomete as defesas orgânicas, estas mulheres são vítimas de muitas doenças oportunistas como: viroses, alergias e distúrbios gastrointestinais. As mulheres vivem com medo da recorrência da doença, o que causa grandes transtornos psicológicos e as leva a sessões semanais de auto-ajuda. Também as oficinas terapêuticas são importantes, pois possibilitam o aprendizado de tarefas produtivas adaptadas às condições das mastectomizadas, favorecendo sua reintegração na sociedade.

Infelizmente muitas faltam aos tratamentos por que não dispõem de dinheiro para pagar os transportes. Além disso, dada a sua condição de saúde, têm dificuldade de entrar no transporte coletivo pela mesma via de acesso dos demais. É comum terem que se expor para o motorista e demais passageiros para solicitar a entrada pela porta da frente, encontrando assim mais resistência e sofrimento.

Muitas chegam a desistir do tratamento e da participação em atividades necessárias para sua reabilitação e reintegração social e psicológica, pois não suportam tanta exposição e dificuldade.

A Associação Cearense das Mastectomizadas conta atualmente com a



participação de 200 mulheres. Entendemos que esse benefício não é a penas uma questão de saúde e assistência social, é, acima de tudo, uma questão de justiça social, humanidade e responsabilidade pública.

Luizianne Lins
Vereadora Luizianne Lins
Partido dos Trabalhadores